



SENADO FEDERAL

(*) PARECER Nº 1.218, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2010 (nº 1.174/2007, na Câmara dos Deputados, do Deputado Leonardo Quintão), que institui o Prêmio Paulo Freire de Criatividade no âmbito do ensino da rede pública.

RELATOR: Senador PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

Apresentado pelo Deputado Leonardo Quintão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.174, de 2007, na Câmara dos Deputados), propõe seja instituído o “Prêmio Paulo Freire de Criatividade” no âmbito do ensino da rede pública.

Composto por três artigos, dos quais o último trata da vigência, o projeto de lei, além de instituir o prêmio e de descrever seus objetivos (art. 1º), determina que a medalha e o diploma deverão ser outorgados, anualmente, pelo Ministério da Educação (art. 2º).

Na justificação, o parlamentar alega que essa iniciativa serviria como incentivo à educação brasileira, particularmente no que diz respeito à busca de metodologias inovadoras. A homenagem a Paulo Freire se deve à contribuição que este deu à educação brasileira.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que a aprovaram em caráter conclusivo.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com foro de decisão terminativa. Inicialmente, em 29 de junho de 2010, foi designado como relator o Senador Flávio Arns, que ofereceu relatório favorável à matéria, que não chegou a ser apreciado.

(*) Avulso republicado em 19/09/2012 por ilegibilidade de texto.

Com o término da legislatura, a proposição foi arquivada, voltando a tramitar em 6 de janeiro de 2011. Desta vez, designado para relatar, o Senador Jayme Campos ofereceu relatório também favorável, nos termos de sua redação original. Ocorre que, incluído na pauta da reunião da CE em 13 de setembro de 2011, a proposição recebeu voto em separado da Senadora Ana Rita, que concluía pela aprovação, mas nos termos de duas emendas que apresentou.

Em resumo, o voto em separado da Senadora Ana Rita manifesta-se favorável ao projeto, mas alega que iniciativa semelhante já existe no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Trata-se do “Prêmio Professores do Brasil”, da Secretaria de Educação Básica do MEC, que valoriza as experiências bem sucedidas dos profissionais da rede pública de ensino. Esse prêmio foi instituído em 2005, e engloba o “Prêmio Incentivo à Educação Fundamental” e o “Prêmio Qualidade na Educação Infantil”.

Em sua terceira edição, de 2008, o “Prêmio Professores do Brasil” passou a contemplar os professores de todas as etapas da educação básica, que engloba a educação infantil, o ensino fundamental (anos iniciais e finais) e o ensino médio.

Em suma, conclui a Senadora Ana Rita que esse prêmio já existente no âmbito do MEC tem o mesmo propósito daquele que se pretende instituir por meio do PLC nº 51, de 2010. Em função disso, em vez de instituir outro, propõe que o “Prêmio Professores do Brasil” passe a ser denominado “Prêmio Paulo Freire”, conforme teor das duas emendas apresentadas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CE a apreciação de proposições que tratem de homenagens cívicas.

Inicialmente, cabe considerar que os relatores anteriormente designados pela CE já se pronunciaram favoravelmente à proposição; e nem mesmo o teor das emendas da Senadora Ana Rita é contrário ao mérito do projeto.

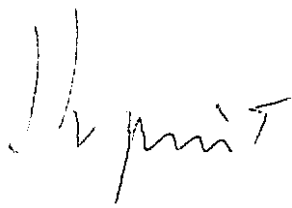
Em vista do caráter terminativo da decisão, esta Comissão deve analisar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

Não obstante a aparente unanimidade de opiniões – que já vieram do sentido dos pareceres das CEC e CCJC, da Câmara dos Deputados –, em nenhum momento foi questionado o fato de o Congresso Nacional estar invadindo a iniciativa do Poder Executivo. Ao criar um prêmio e atribuir ao Ministério da Educação a incumbência de outorgá-lo – sem que isso fosse pedido, na forma de projeto de lei iniciado no Palácio do Planalto – Câmara dos Deputados e Senado Federal estariam violando a iniciativa privativa do Presidente da República, inscrita na alínea “a” do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal. Por outro lado, as emendas apresentadas pela Senadora Ana Rita não chegam a sanar tal vício de iniciativa. Por essas razões, o projeto deve ser rejeitado.

III - VOTO

Diante das considerações acima expostas, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.174, de 2007, na Câmara dos Deputados), e das emendas a ele apresentadas.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2012.



, Presidente



, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 39ª REUNIÃO, DE 11/09/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

RELATOR: 

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Benedito de Lira (PP)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. VAGO
Romero Jucá (PMDB)	6. VAGO
Tomás Correia (PMDB)	7. VAGO
Waldemir Moka (PMDB)	8. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Antonio Russo (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL
(EM GLOBO)

PLC 34 / 2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA					LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA		X			MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
WALTER PINHEIRO					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE		X			ANTONIO CARLOS VALADARES				
LIDICE DA MATA		X			ZEZÉ PERRELA				
INACIO ARRUDA					JOAO CAPIBERIBE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÊGO				
PEDRO SIMON					VAGO				
RICARDO FERRAÇO		X			LUIZ HENRIQUE				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
ANA AMELIA		X			VAGO				
ROMERO JUCA					VAGO				
TOMÁS CORREIA		X			VAGO				
WALDEMIR MOKA					VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA		X			CICERO LUCENA				
CASSIO CUNHA LIMA					ALOYSIO NUNES FERREIRA				
PAULO BAUER		X			FLEXA RIBEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES		X			CLOVIS FECURY				
JOSÉ AGRIPINO		X			ALVARO DIAS				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					MOZARILDO CAVALCANTI				
JOÃO VICENTE CLAUDINO		X			EDUARDO AMORIM				
MAGNO MALTA					ANTONIO RUSSO				
JOÃO RIBEIRO					VICENTINHO ALVES				
TITULAR - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU					RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL: 14 / SIM: 13 NÃO: 13 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 04 / 2012

SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 194/2012/CE

Brasília, 11 de setembro de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Rejeição da matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela ~~rejeição~~ do Projeto de Lei da Câmara nº 051, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Leonardo Quintão, que “Institui o Prêmio Paulo Freire de Criatividade no âmbito do ensino da rede pública.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente,

SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.174, de 2007, na Casa de origem), do Deputado Leonardo Quintão, pretende instituir o Prêmio Paulo Freire de Criatividade no âmbito do ensino da rede pública.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º da proposição, o objetivo da homenagem consiste em *premiar os profissionais da rede pública de ensino que desenvolvam projetos pedagógicos inovadores para a melhoria da qualidade do ensino no País*.

Consoante o art. 2º da proposição, o prêmio compõe-se de Diploma e Medalha Paulo Freire de Criatividade e será outorgado anualmente pelo Ministério da Educação.

Em sua justificação, o autor da proposição argumenta que a proposição representa um incentivo para a busca de soluções originais para a educação brasileira por meio de novos procedimentos e metodologias. Além disso, destaca o autor da proposição, o prêmio consiste em homenagem ao notável educador brasileiro Paulo Freire.

O PLC nº 51, de 2010, foi distribuído com exclusividade a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre o mérito de proposições que versem, entre outros assuntos, sobre ensino e homenagens cívicas, matérias objetos do PLC nº 51, de 2010.

Em virtude do caráter terminativo da apreciação, compete à Comissão, em caráter suplementar, opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer.

Há muito se sabe que a educação é o principal instrumento de transformação da sociedade. Entretanto, apesar de essa máxima estar sempre presente nos programas governamentais e nos discursos políticos, nem sempre a educação figura, de fato, como tema prioritário nas políticas públicas.

É, portanto, fundamental que aquele que lida cotidianamente com as limitações do sistema educacional no País seja estimulado a refletir e a produzir sugestões inovadoras sobre a realidade em que se insere. Sobretudo em um País diversificado social e culturalmente, como é o caso do Brasil, não se pode imaginar que os gestores públicos possam, de forma centralizada, produzir políticas e estratégias de intervenção adaptadas a todas as peculiaridades regionais que se apresentam.

Dessa forma, é indispensável que se valorize o papel do professor para além da simples função de reprodução de conteúdos e da aplicação de metodologias estabelecidas nos programas educacionais. É mister capacitá-lo, remunerá-lo de maneira condizente com sua relevância e reconhecer suas iniciativas ousadas e criativas para aperfeiçoar a educação no País. Dessa forma, é louvável a iniciativa de instituir premiação para os profissionais que se destacarem na criação de projetos pedagógicos inovadores.

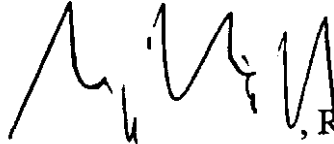
Acerta, também, o autor da proposição quando propõe que a homenagem seja denominada Prêmio Paulo Freire de Criatividade. A menção ao nome do maior educador da história do País enaltece, ainda mais, o homenageado e contribui para mantermos viva a lembrança da luta desse grande brasileiro. É, portanto, extremamente meritória e oportuna a proposição que ora se analisa.

III – VOTO

Pelas razões expendidas, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.174, de 2007, na Casa de origem).

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JAYME CAMPOS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.174, de 2007, na Casa de origem), do Deputado Leonardo Quintão, pretende instituir o Prêmio Paulo Freire de Criatividade no âmbito do ensino da rede pública.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º da proposição, o objetivo da homenagem consiste em *premiar os profissionais da rede pública de ensino que desenvolvam projetos pedagógicos inovadores para a melhoria da qualidade do ensino no País*.

Consoante o art. 2º do projeto de lei, o prêmio compõe-se de Diploma e Medalha Paulo Freire de Criatividade e será outorgado anualmente pelo Ministério da Educação.

Em sua justificação, o autor da proposição argumenta que a iniciativa representa um incentivo para a busca de soluções originais para a educação brasileira por meio de novos procedimentos e metodologias. Além disso, destaca o autor da matéria, o prêmio consiste em homenagem ao notável educador brasileiro Paulo Freire.

O PLC nº 51, de 2010, foi distribuído com exclusividade a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo. O presente relatório retoma, com as devidas adaptações, minuta de parecer elaborada pelo Senador Flávio Arns e que não chegou a ser apreciada por esta Comissão.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre o mérito de proposições que versem, entre outros assuntos, sobre ensino e homenagens cívicas, matérias objetos do PLC nº 51, de 2010.

Em virtude do caráter terminativo da apreciação, compete à Comissão, em caráter suplementar, opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer.

Há muito se sabe que a educação é o principal instrumento de transformação da sociedade. Entretanto, apesar de essa máxima estar sempre presente nos programas governamentais e nos discursos políticos, nem sempre a educação figura, de fato, como tema prioritário nas políticas públicas.

É, portanto, fundamental que aquele que lida cotidianamente com as limitações do sistema educacional no País seja estimulado a refletir e a produzir sugestões inovadoras sobre a realidade em que se insere. Sobretudo em um País diversificado social e culturalmente, como é o caso do Brasil, não se pode imaginar que os gestores públicos podem, de forma centralizada, produzir políticas e estratégias de intervenção adaptadas a todas as peculiaridades regionais que se apresentam.

Dessa forma, é indispensável que se valorize o papel do professor para além da simples função de reprodução de conteúdos e da aplicação de metodologias estabelecidas nos programas educacionais. É mister capacitá-lo, remunerá-lo de maneira condizente com sua relevância e reconhecer suas iniciativas ousadas e criativas para aperfeiçoar a educação no País. Sendo assim, é louvável a iniciativa de instituir premiação para os profissionais que se destacarem na criação de projetos pedagógicos inovadores.


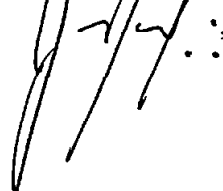
Acerta, também, o autor da iniciativa quando propõe que a homenagem seja denominada Prêmio Paulo Freire de Criatividade. A menção ao nome do maior educador da história do País enaltece, ainda mais, o homenageado e contribui para mantermos viva a lembrança da luta desse grande brasileiro. É, portanto, extremamente meritória e oportuna a proposição que ora se analisa.

III – VOTO

Pelas razões expendidas, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.174, de 2007, na Casa de origem).

Sala da Comissão,

Publicado no DSF, de 19/09/2012.

, Presidente
, Relator